

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Imparcial

Class.: Guajajara 371

Data: 04/12/92

Pg.: 1 - Cidades

Cimi desafia PF a provar que a maconha era dos Guajajaras

O Conselho Indigenista Missionário - Cimi está preocupado com a situação dos índios Guajajaras na região de conflito em São Pedro dos Cacetes. Tudo porque, segundo a entidade, os técnicos do Iterma, In-cra, Funai e IBGE, que se encontravam na região para fazer um levantamento na população, para que se possa fazer a transferência do povoado, foram expulsos da área pelos próprios moradores.

Cláudio Zanoni, coordenador do Cimi, explica que sem o trabalho desses técnicos fica praticamente impossível que se cumpra o prazo estabelecido pelo Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as lideranças indígenas, que em 30 dias se fazia um cronograma da transferência do povoado. "Se não derem uma solução dentro do prazo estabelecido, as autoridades devem assumir suas responsabilidades e que não voltem a culpar os Guajajaras por qualquer outro tipo de conflito", adverte Zanoni.

O Cimi também adverte para a ampla campanha que setores da imprensa e da polícia estão fazendo para desmoralizar a luta indígena, que é justa, de direito e legal. Zanoni cita como exemplo a recente apreensão pela Polícia Federal de 800 kg de maconha na região de Barra do Corda, e que tentam a todo custo associar a plantação da erva aos índios. "Como é que os índios iriam produzir tamanha quantidade de maconha e trocar por camisas e utensílios domésticos? Índio não é besta", indaga e desafia a Polícia Federal a provar que a maconha apreendida era dos índios.

O indigenista lembra que Barra do Corda é um dos maiores produtores de maconha do Maranhão e que a associação aos índios é uma

maquiavélica armação para desviar a atenção da verdadeira luta travada pelos Guajajaras pelo seu direito legal a terra. Luta aliás que

já se desenrola a bastante tempo, e que caso não se resolva desta vez, será imprevisível a reação desse povo que "já foi muito tapeado".

São Pedro ainda sem definição

O secretário estadual de Assuntos Políticos, Carlos Alberto Milhomen, seguiu ontem para o povoado de São Pedro dos Cacetes, na reserva indígena Canabrava, entre os municípios de Barra do Corda e Grajaú. Foi em busca de um acordo com os brancos para efetivar a remoção de todos eles para outra área. A ida de Milhomen é mais uma das inúmeras tentativas para fazer cumprir o que já determinou o Ministério da Justiça: retirar 2.600 brancos da reserva dos índios Guajajara.

Milhomen é coordenador da comissão estadual encarregada de viabilizar a retirada dos brancos, e teve de ir pessoalmente à área em função do fracasso das negociações da comissão fundiária de Brasília, que retornou do povoado no início da semana sem qualquer avanço. Um dos principais entraves nas negociações, segundo José Benvenuto Castro, administrador regional da Funai, é a intromissão dos vereadores Edmilson Veras da Costa e Salomão Pereira de Sousa, de Grajaú. Por não quererem a remoção do povoado, os dois vereadores incitam os moradores do povoado a fazer exigências absurdas, como casa monta-

da no novo povoado e indenização de Cr\$ 20 milhões a cada trabalhador. "Eles usam os moradores do povoado política e economicamente", afirma Benvenuto.

A comissão fundiária, formada por representantes da Funai e Ministério da Justiça, não conseguiu sequer negociar com os brancos. A intransigência dos dois vereadores, segundo o administrador regional da Funai, está atrasando ainda mais o processo de retirada dos brancos, e prolongando o conflito, que já resultou em morte de dezenas de brancos e índios. O administrador Benvenuto Castro observa que muitos dos 2.600 moradores de São Pedro dos Cacetes já foram indenizados quando da desintrusão de povoados das reservas de Alto Alegre, Urucujuruá e Geralda Tucu Preto. "Eles são invasores duas vezes", acrescenta.

Infra-estrutura-Carlos Alberto Milhomen foi até a área para tentar fechar com os brancos a proposta feita pelo Governo do Estado, de ceder uma área de aproximadamente 25 mil hectares, próxima ao povoado, para a remoção de todas as famílias. A maior dificuldade para fazer esse acordo com os moradores de São Pedro dos Cacetes é a falta de infra-estrutura na nova área.